

**PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS RECONHECIDOS PELA  
CAPES: EVIDÊNCIAS DA AVALIAÇÃO TRIENAL 2010-2012**

**GRADUATE PROGRAMS IN MANAGEMENT AND ACCOUNTING  
SCIENCES RECOGNIZED BY CAPES: EVIDENCES OF TRIENNIAL  
ASSESSMENT 2010-2012**

Adriano Firmino Pereira\*  
Erasmus José Gomes\*\*

**RESUMO**

O presente trabalho tece um panorama dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no triênio 2010-2012. As dimensões de análise orientadoras do estudo foram: modalidade do programa (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado), instituição de ensino superior ofertante (vínculo administrativo e localização geográfica) e notas finais atribuídas aos programas. As evidências mais significativas analisadas apontam para a existência de um equilíbrio quantitativo na oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis, avaliados e reconhecidos pela CAPES no triênio 2010-2012, por instituições públicas e particulares. Em termos qualitativos, evidenciou-se que as notas obtidas por programas ofertados por instituições particulares encontram-se próximas, ou mesmo superiores, as instituições públicas - consideradas até então no Brasil como próximas ao ideal *humboldtiano* - que, dentre suas principais características constitutivas, está o fato de conduzirem atividades de ensino e pesquisa de forma indissociável. Outra evidência refere-se à expressiva concentração dos programas nas Regiões Sul e Sudeste, refletindo a histórica desigualdade inter-regional existente no Brasil. Ambas as Regiões respondem por 78% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis. As evidências apresentadas pelo presente estudo lançam dúvidas se a CAPES está com os atuais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, conseguindo atingir um de seus objetivos institucionais declarados, que é a diminuição das assimetrias regionais, ou ao contrário, está contribuindo para manter, ou, até mesmo, para reforçar tal situação.

**Palavras chave:** Pós-graduação. Administração. Avaliação. Ensino superior. CAPES.

**ABSTRACT**

This paper presents an overview of the graduate programs in management and accounting sciences evaluated by the Brazilian Higher Education Personnel Training Coordination (CAPES) in the 2010-2012 period. The suitable metrics of the study were: Program mode (academic master, professional master's and doctorate), nature of the educational institution (administrative link and geographic location) and overall scores assigned to programs. The most significant analyzed evidences indicate the existence of

---

\* Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP).  
[afpereira@fearp.usp.br](mailto:afpereira@fearp.usp.br)

\*\* Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP/USP).  
[erasmo@fearp.usp.br](mailto:erasmo@fearp.usp.br)

a quantitative balance among the graduate programs in business and accounting, evaluated and recognized by CAPES in the 2010-2012 period, including public and private institutions. Qualitatively, it was observed that the programs scores offered by private institutions are close, or even higher, to the public institutions ones – considered previously in Brazil as close to the humboldtian ideal – which considers as its main constitutive characteristics, the fact of conduct teaching and research in an inseparable way. Further evidence is related to a significant concentration of the programs in the South and Southeast, reflecting the historical inter-regional inequality in Brazil. Both regions totalize 78% of the graduate programs in management and accounting sciences present in this study. Thus, this study raises the doubt if CAPES is, under current criteria for assessing the graduate programs, achieving one of its main declared objectives, which is to reduce regional disparities, or otherwise, CAPES is contributing to maintain or to strengthen such a situation.

**Keywords:** Graduate Programs. Management. Accounting Sciences. Assesment. CAPES.

## **Introdução**

Ao longo das últimas décadas no Brasil houve um expressivo crescimento na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todas as áreas do conhecimento. Segundo CAPES (2013c, p.1), em 1976, havia 699 cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Cerca de três décadas depois, em 2004, este número passou para 2.970. Uma década depois, em 2014, esse número passou para 5.613. Ou seja, em cerca de quatro décadas - de 1976 a 2014 -, verifica-se um aumento de 703% na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em todas as áreas do conhecimento no País, o que resulta em uma expressiva taxa média de crescimento anual de 18%.

Institucionalmente, cabe à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para pós-graduação. Ademais, cabe à CAPES “[...] coordenar e avaliar os cursos desse nível e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores público e privado” (BRASIL, 2007).

Desde 1976 a CAPES tem implantado uma sistemática de avaliação da pós-graduação que tem sido utilizada como parâmetro de aferição da qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Segundo CAPES (2013a, p.1), a avaliação

[...] cumpre o papel de analisar profundamente o panorama dos programas de pós-graduação no Brasil, e assim atestar a qualidade dos cursos e acompanhar a qualificação dos mesmos. A partir da avaliação obtêm-se elementos e indicadores que permitem induzir e fomentar ações governamentais de apoio à pós-graduação brasileira. Como

resultado, é possível impulsionar o avanço científico e tecnológico e desenvolver o país, com ações de promoção de programas específicos para diminuir as assimetrias entre regiões do Brasil ou intra e inter-áreas do conhecimento.

Três eixos caracterizam a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* realizada pela CAPES: i) é conduzida pelos pares, oriundos das diferentes áreas do conhecimento e reconhecidos por sua reputação intelectual; ii) tem uma natureza meritocrática; iii) associa reconhecimento e fomento, define políticas e estabelece critérios para o financiamento dos programas (CAPES, 2010a, p. 125). Para a CAPES, a avaliação “[...] é um dos pontos altos da Educação Superior brasileira, responsável direta pela qualidade da Pós-Graduação no país” (CAPES, 2013b, p. 7).

Não obstante essa apreciação institucional positiva acerca do processo de avaliação da pós-graduação brasileira, essa não é uma opinião unânime entre os membros da comunidade acadêmica. Segundo Trevisan, Devechi e Dias (2013, p. 374), em estudo realizado sobre a área de educação, o sistema de avaliação da CAPES “[...] tem sido tema de prolongados debates, desde o seu surgimento em 1976-1977”. Sobre a natureza desses debates, os autores observam que

[...] existem duas grandes linhas de pensamento sobre esse assunto: uma, que caminha em favor da manutenção da avaliação que vem sendo utilizada e, outra, que a rejeita, por considerá-la excessivamente concentrada na avaliação do aspecto somente quantitativo da produção dos programas (TREVISAN; DEVECHI; DIAS, 2013, p. 374).

Diante do quadro atual, caracterizado pela oferta crescente de cursos de pós-graduação no Brasil e por um sistema de avaliação institucional dos referidos cursos, relativamente consolidada, o presente trabalho tem como objetivo traçar um panorama acerca dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis no Brasil, com base em indicadores selecionados, produzidos pelo sistema de avaliação da CAPES, referentes ao triênio 2010-2012 (ou Avaliação Trienal 2013). Para cumprir com os objetivos propostos, o presente trabalho está organizado em quatro seções, incluindo a presente introdução como a primeira delas. A segunda seção apresenta uma breve descrição do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* desenvolvido e implementado pela CAPES. A terceira seção descreve os procedimentos para a coleta dos dados utilizados no presente estudo. A quarta seção refere-se à apresentação dos resultados e a quinta, e última seção, traz as considerações finais.

## **O Sistema CAPES de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu***

Nas últimas décadas, dois sistemas de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* foram implementados pela CAPES. No período de 1976-1997, vigorou na classificação dos cursos avaliados a escala conceitual alfabética de A a E, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles avaliados com o conceito A. Posteriormente, a partir de 1997, passou a vigorar a escala numérica de 1 a 7, sendo considerados cursos de padrão internacional aqueles classificados com notas 6 e 7 (CAPES, 2010a, p. 125). As avaliações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* são realizadas pela CAPES a cada três anos (avaliações trienais).

As orientações gerais para avaliação encontram-se no documento de cada área, denominado “Documento de Área”. Nele são apresentados os tópicos orientadores da avaliação para o respectivo triênio. Já a avaliação propriamente dita é baseada na “ficha de avaliação”, na qual constam os cinco critérios ou quesitos padronizados para avaliação para todas as áreas do conhecimento. São eles: I - Proposta do Programa, II - Corpo docente, III - Corpo discente, Teses e Dissertações, IV - Produção intelectual, V - Inserção Social. Cada um dos quesitos ou critérios, por sua vez, desdobram-se em itens de avaliação, que possuem também seus pesos relativos ou ponderações. Cada item corresponde a um conjunto de características a serem avaliadas. Para cada critério ou quesito, há ainda um campo denominado “apreciação”, no qual os avaliadores podem tecer comentários.

O sistema de avaliação da pós-graduação é o mesmo para todas as áreas, porém, as Comissões de Avaliação da cada área tem flexibilidade para alterar os pesos dos critérios em até 5% para mais ou para menos e também os pesos dos itens no interior de cada critério ou retirá-los caso não se apliquem as necessidades da área (MACCARI; LIMA; RICCIO, 2009, p. 77).

Ao final são atribuídos, pelas Comissões de Avaliação dos programas, conceitos (muito bom, bom, regular, fraco ou insuficiente) para cada um dos cinco quesitos ou critérios e um conceito “final consolidado” (muito bom, bom, regular, fraco ou insuficiente), sintetizando os conceitos atribuídos aos cinco quesitos. Por fim, emite-se a nota ou conceito final do programa, na seguinte escala: 1 e 2, que descredenciam o programa; 3 significa desempenho regular, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; 4 é considerado um bom desempenho e 5, revelando excelência em nível nacional, é a nota máxima para programas com apenas mestrado acadêmico e mestrado profissional.

Conceitos 6 e 7 indicam desempenho equivalente ao alto padrão internacional (CAPES, 2013a). Como última etapa do processo de avaliação pela Comissão de Avaliação, após a emissão da nota final, tem-se a chancela do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES)<sup>1</sup>.

### Avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis são avaliados conjuntamente com os programas de turismo. Nas Figuras 1 e 2 são apresentados os critérios ou quesitos, e respectivos itens, de avaliação da CAPES adotados pela área de avaliação de administração, ciências contábeis e turismo relacionados aos programas acadêmicos (mestrado e doutorado) e aos programas de mestrado profissional, respectivamente.

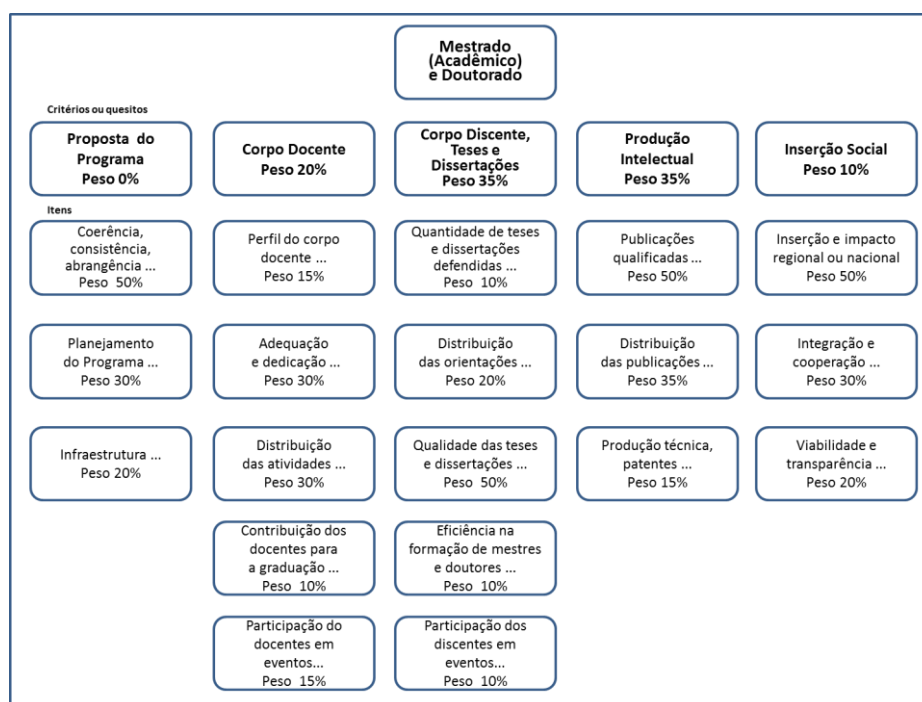


Figura 1: Critérios ou quesitos de avaliação, e respectivos itens, dos programas de mestrado acadêmico e doutorado em administração, ciências contábeis e turismo

**Fonte:** Elaborado com base em CAPES (2013c)

<sup>1</sup> O CTC-ES é composto pelos seguintes membros: Presidente da CAPES, Diretor de Avaliação, Diretor de Programas e Bolsas no País, Diretor de Relações Internacionais, representantes de cada uma das grandes áreas do conhecimento, um representante do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, um aluno de doutorado, representante da Associação Nacional de Pós-Graduandos (BRASIL, 2012).

Conforme pode-se observar, apenas o primeiro quesito – “Proposta do Programa” - não apresenta peso, mas desdobra-se em três itens de avaliação, estes sim, com ponderações que variam entre 50%, 30% e 20%. Os quatro demais quesitos (Corpo docente, Corpo discente, Teses e Dissertações, Produção intelectual e Inserção Social) apresentam pesos ou ponderações de 20%, 35%, 35% e 10%, respectivamente. Estes, por sua vez, se desdobram em 16 itens de avaliação, também com ponderações diversas, que variam entre 10% e 50%. Destaca-se que os critérios “Corpo Discente, Teses e Dissertações” e “Produção Intelectual” apresentam ponderações semelhantes (35% cada), representando, portanto, 70% de toda a avaliação.

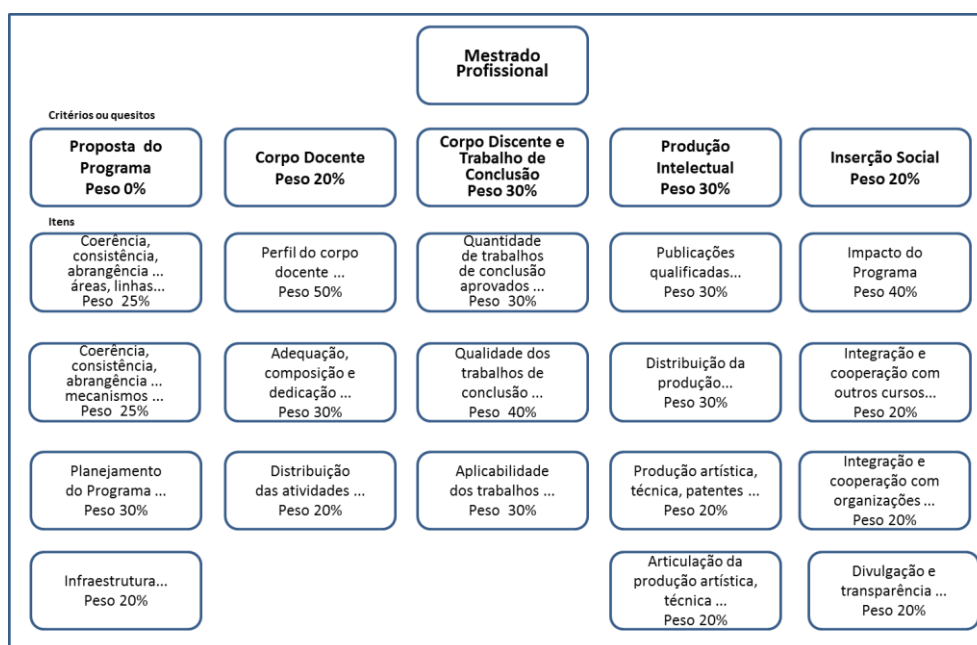


Figura 2: Critérios ou quesitos de avaliação, e respectivos itens, dos programas de mestrado profissional em administração, ciências contábeis e turismo

**Fonte:** Elaborado com base em CAPES (2013c)

Também para os programas de mestrado profissional, à semelhança do que ocorre nos programas de mestrado acadêmico e doutorado, não há ponderação para o critério “Proposta do Programa”. Contudo, há a inclusão de um novo item de avaliação nesse critério, totalizando quatro. As ponderações desses quatro itens de avaliação variam entre 25% e 30%. Já os quatro demais critérios (Corpo docente, Corpo discente, Teses e Dissertações, Produção intelectual e Inserção Social) também apresentam pesos ou ponderações distintas dos programas de mestrado acadêmico e doutorado, sendo, neste caso, de 20%, 30%, 30% e 20%, respectivamente. Estes, por sua vez, desdobram-se em 14 itens de avaliação, também com ponderações diversas, que variam entre 20% e

50%. Assim como no caso anterior, no mestrado profissional, os critérios “Corpo Docente, Teses e Dissertações” e “Produção Intelectual” correspondem à maior ponderação relativa, ambos com 30% cada, correspondendo, portanto, a 60% de toda a avaliação.

### **Procedimentos de coleta de dados**

A pesquisa documental realizada no âmbito do presente trabalho é representada, basicamente, pela extração e análise de dados constantes na planilha cálculo, em formato MS Excel, denominada “Planilha Notas finais Avaliação Trienal 2013 - após reconsideração” (CAPES, 2014a), disponível no *site* criado pela CAPES para divulgação da avaliação institucional. Da mesma, constam as seguintes informações: denominação do programa, nome e sigla da Instituição de Ensino Superior (IES) ofertante, modalidade do programa e notas finais atribuídas aos mesmos. Com a informação sobre a denominação da IES ofertante, identificou-se a Unidade da Federação sede da mesma. Identificou-se, ainda, a categoria administrativa da IES, por meio de consulta realizada junto ao portal eletrônico do Ministério da Educação, denominado e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>). A classificação utilizada pelo e-MEC consiste em seis categorias de IES: pública federal, pública estadual, pública municipal, privada sem fins lucrativos, privada com fins lucrativos e especial, adotadas no presente trabalho. Após, procedeu-se à tabulação dos dados - com auxílio de técnicas de estatística descritiva básica - de forma a evidenciar o panorama da Avaliação Trienal 2013 dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis no Brasil, cujos resultados são apresentados a seguir.

Segundo CAPES (2013c, p. 1), a avaliação trienal 2010-2012, contemplou 121 programas de pós-graduação *stricto sensu* na área administração, ciências contábeis e turismo. Desse total, 96 referem-se à administração, seis à administração pública, 19 a ciências contábeis e seis a turismo. O presente trabalho contemplou na análise os 115 programas em administração e ciências contábeis, sendo excluídos, portanto, seis programas em turismo<sup>2</sup>.

---

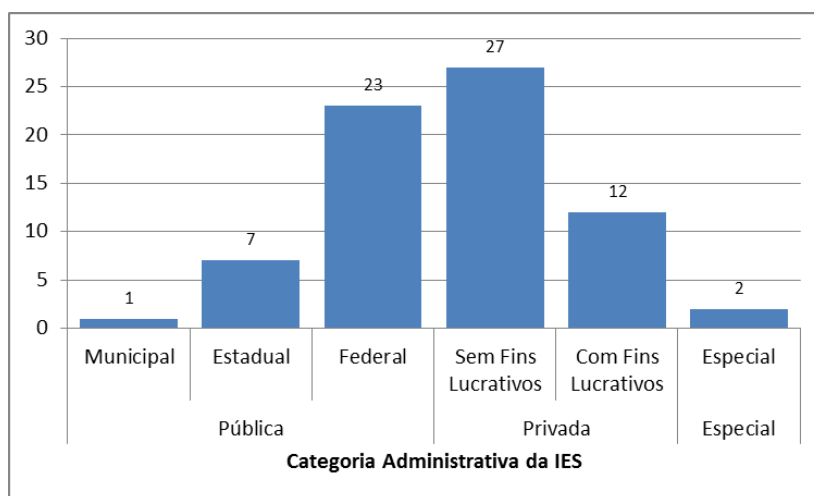
<sup>2</sup> A saber: Hospitalidade na Universidade Anhembi-Morumbi, Turismo e Hospitalidade na Universidade de Caxias do Sul, Gestão de Negócios Turísticos na Universidade Estadual do Ceará, Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Turismo na Universidade de Brasília e Turismo e Hotelaria na Universidade do Vale do Itajaí.

## Resultados

De um total de 115 programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no triênio 2010-2012, há predominância de mestrado profissional, com 41 programas ou 36% do total. Seguem-se 38 programas (ou 33%) de mestrado e doutorado e 34 programas (ou 29%) de mestrado apenas. Há dois programas (ou 2%) com cursos de doutorado apenas. Há, portanto, uma ligeira predominância de programas de mestrado profissional, sobre as demais modalidades.

No Gráfico 1 é apresentada a distribuição das categorias administrativas das IES ofertantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012.

Gráfico 1 - Categoria administrativa das IES ofertantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012



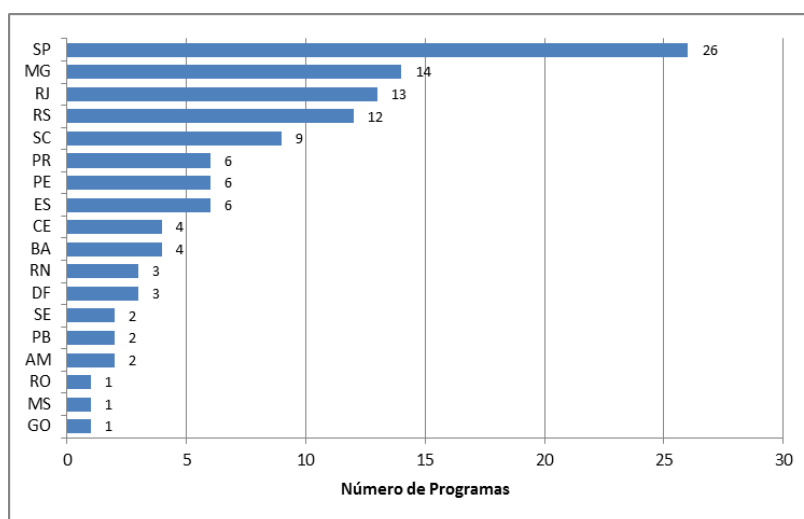
Os 115 programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012 são oferecidos por 72 Instituições de Ensino Superior (IES) distintas, classificadas segundo seis categorias. Assim, tem-se uma IES municipal (ou 1%), sete estaduais (ou 10%), 23 federais (ou 32%), 27 privadas sem fins lucrativos (ou 38%), 12 privadas com fins lucrativos (ou 17%) e duas especiais (3%). Agregando-se as categorias, tem-se 39 IES privadas (ou 54%), 31 IES públicas (ou 43%) e duas especiais (ou 2%), evidenciando a



predominância de IES privadas no oferecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis.

No Gráfico 2 são relacionados os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo unidades da federação.

Gráfico 2 - Programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo unidades da federação

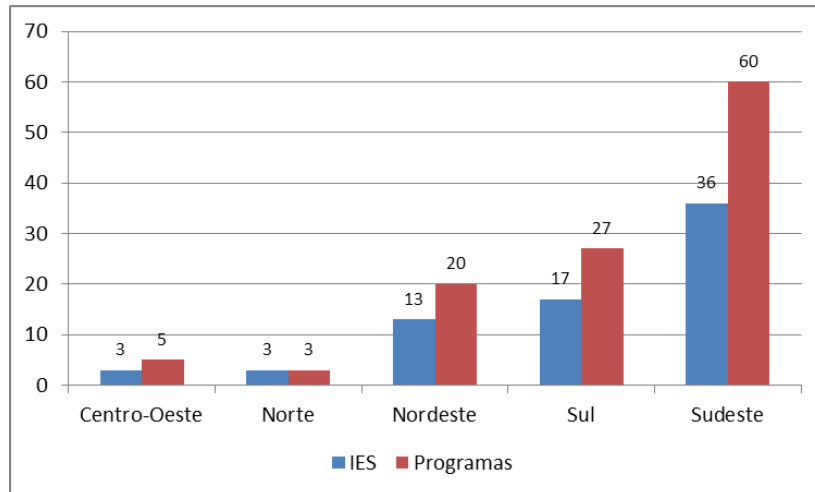


Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis estão distribuídos entre 18 Unidades da Federação, com destaque para o Estado de São Paulo, que responde por 26 programas ou 23% do total. Seguem-se os Estados de Minas Gerais, com 14 programas (12%), Rio de Janeiro, com 13 programas (11%) e Rio Grande do Sul, com 12 programas (10%). Esses quatro Estados, no seu conjunto, respondem por 56% dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012. Cabe menção à ausência de nove Estados da Federação, o que representa 33%, com oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis quais sejam: Piauí, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá, Acre e Roraima.

No Gráfico 3 é apresentado o número de IES responsáveis pelo oferecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis

avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, e respectivo número de programas oferecidos, segundo regiões brasileiras.

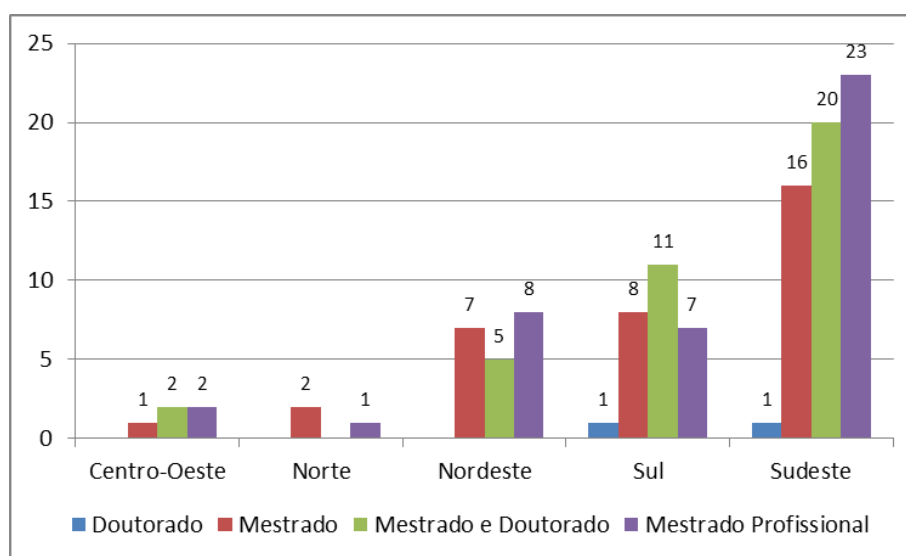
Gráfico 3 - Número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES, segundo regiões brasileiras



Os 115 programas de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis estão distribuídos entre 72 IES distintas, localizadas nas cinco Regiões brasileiras. Observa-se que tanto o número de IES ofertantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis quanto o correspondente número de programas estão distribuídos de maneira bastante heterogênea entre as Regiões brasileiras, com uma expressiva concentração na Região Sudeste. Esta Região conta com 36 IES (ou 50% do total de IES) que oferecem 60 programas pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis (ou 52% do total de programas). Seguem-se as Regiões Sul, com 17 IES (14%) que oferecem 27 programas (23%), e Nordeste, com 13 IES (18%) e 20 programas (17%). Já a Região Centro-Oeste conta com 3 IES (ou 4%) e 5 programas (4%). Por fim, a Região Norte conta com 3 IES (4%) e 3 programas (ou 3%).

No Gráfico 4 são apresentadas as modalidades de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo regiões brasileiras.

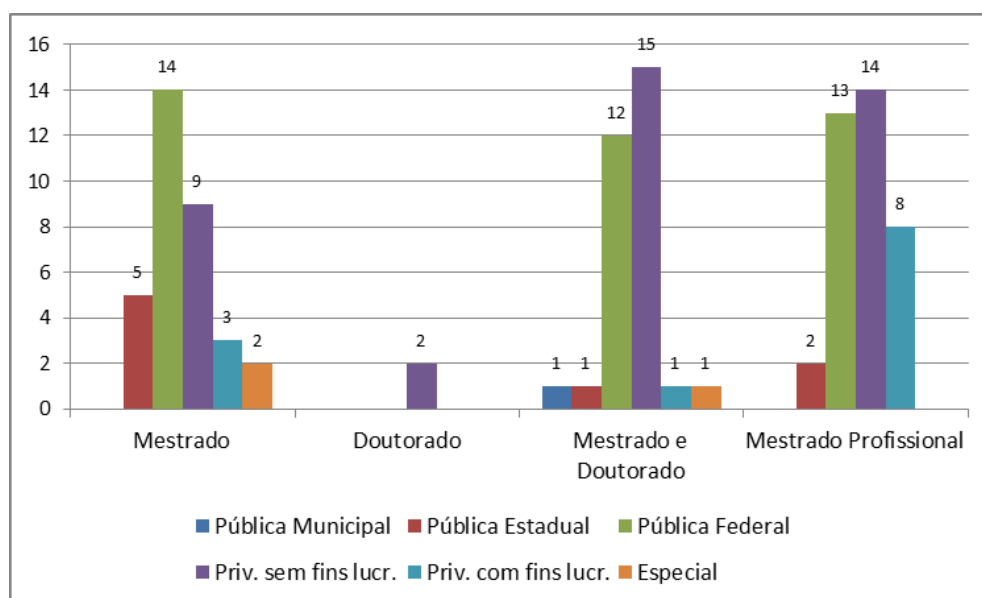
Gráfico 4 - Modalidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo Regiões brasileiras



Iniciando-se a análise pela Região de maior concentração de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis, a Região Sudeste, observa-se que as maiores frequências referem-se a programas de mestrado profissional, com 23 ocorrências (ou 38%), seguido por programas de mestrado e doutorado, com 20 ocorrências (ou 33%) e programas de mestrado apenas, com 16 ocorrências (ou 27%). Na Região Sul, por sua vez, a maior frequência refere-se a programas de mestrado e doutorado, com 11 ocorrências (ou 41%). Nota-se certo equilíbrio entre as modalidades mestrado apenas, com oito ocorrências (ou 30%) e mestrado profissional, com sete ocorrências (ou 26%). Na Região Nordeste o perfil é semelhante à Região Sul, havendo, igualmente, um maior equilíbrio entre as modalidades mestrado profissional e mestrado apenas, com oito (ou 40%) e sete (ou 35%) programas, respectivamente. A diferença mais significativa entre as duas Regiões está na modalidade mestrado profissional, com cinco programas (ou 25%) na Região Nordeste que, por sua vez, é a maior ocorrência dessa modalidade na Região Sul, com 11 programas (ou 41% dos programas da referida Região). Nas regiões Centro-Oeste e Norte as ocorrências são numericamente bem menos expressivas. A Região Centro-Oeste conta com um programa de mestrado apenas, dois de mestrado e doutorado e dois de mestrado profissional, e a Região Norte, com apenas três programas, sendo dois de mestrado apenas e um de mestrado profissional.

No Gráfico 5 são relacionadas as modalidades dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado, mestrado e doutorado e mestrado profissional) em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo a categoria administrativa da IES ofertante. Os 115 programas pós-graduação analisados são oferecidos por 72 IES distintas. Dessas, 43 (ou 60%) oferecem apenas um programa, 18 (ou 25%) dois programas, nove (ou 13%) três programas, uma (ou 1%) quatro programas (Universidade de São Paulo) e apenas uma oferece cinco programas (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo).

Gráfico 5 - Programas pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis segundo categoria administrativa das IES ofertantes



Iniciando-se a análise pelas categorias de maior frequência em cada modalidade, no tocante aos programas de mestrado apenas, têm-se 34 programas oferecidos por 33 IES distintas. Dessas, 14 (ou 42%) são instituições federais, cinco (ou 15%) estaduais, nove (ou 27%) privadas sem fins lucrativos, três (ou 9%) privadas com fins lucrativos e duas (ou 6%) da categoria especial. Não foram identificados programas e mestrado apenas oferecidos por IES municipais. A título de registro, há dois programas de doutorado apenas, oferecidos por duas IES privadas sem fins lucrativos.

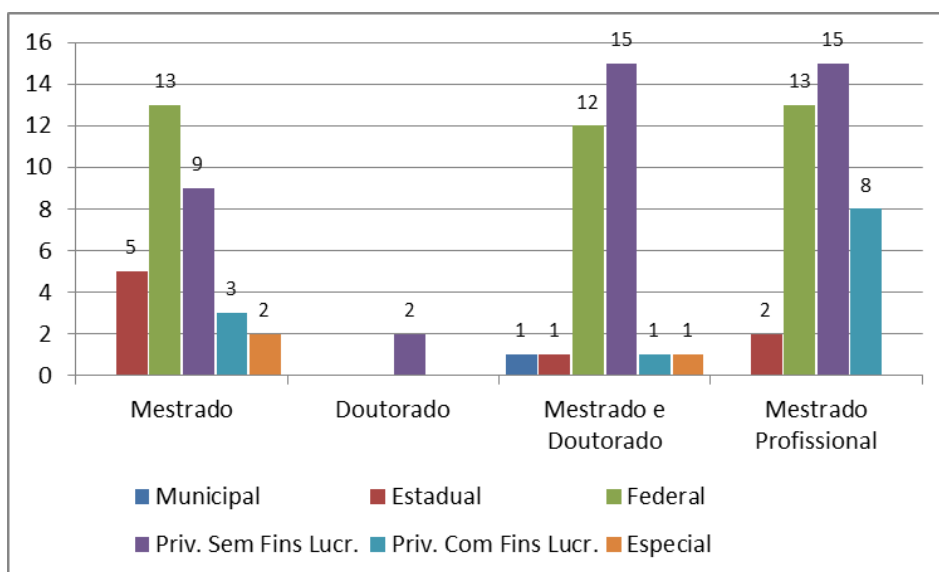
No que concerne aos 38 programas de mestrado e doutorado, oferecidos por 31 IES distintas, verifica-se maior prevalência de oferta por instituições privadas sem fins lucrativos, com 15 IES (ou 48%), seguida por 12 IES federais (ou 39%), uma estadual

(ou 3%), uma municipal (ou 3%), uma privada com fins lucrativos (ou 3%) e também uma IES da categoria especial (ou 3%).

Já, no que diz respeito aos 41 programas de mestrado profissional, oferecidos por 37 IES distintas, tem-se a oferta distribuída por 14 por IES privadas sem fins lucrativos (ou 38%), 13 instituições federais (ou 35%), oito IES privadas com fins lucrativos (ou 22%) e duas estaduais (ou 5%). Não foram observados programas de mestrado profissional oferecidos por IES municipais ou especiais.

No Gráfico 6 é apresentada a distribuição das categorias administrativas das IES, segundo modalidade dos programas. Para cada modalidade de programa foram excluídas as IES recorrentes. Por exemplo, na modalidade “mestrado profissional” na categoria “privada sem fins lucrativos”, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV/SP), embora ofereça três programas desta modalidade, foi contabilizada apenas uma vez. O mesmo ocorreu para a modalidade “mestrado e doutorado”. Embora a FGV/SP ofereça dois programas dessa modalidade, foi contabilizada uma única vez. Em síntese, embora a FGV/SP seja responsável pelo oferecimento de cinco programas no total, sendo três na modalidade mestrado profissional e dois na modalidade mestrado e doutorado, a mesma foi contabilizada duas vezes, sendo uma para cada modalidade de programa que oferece.

Gráfico 6 - Programas pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis segundo categoria administrativa das IES ofertantes



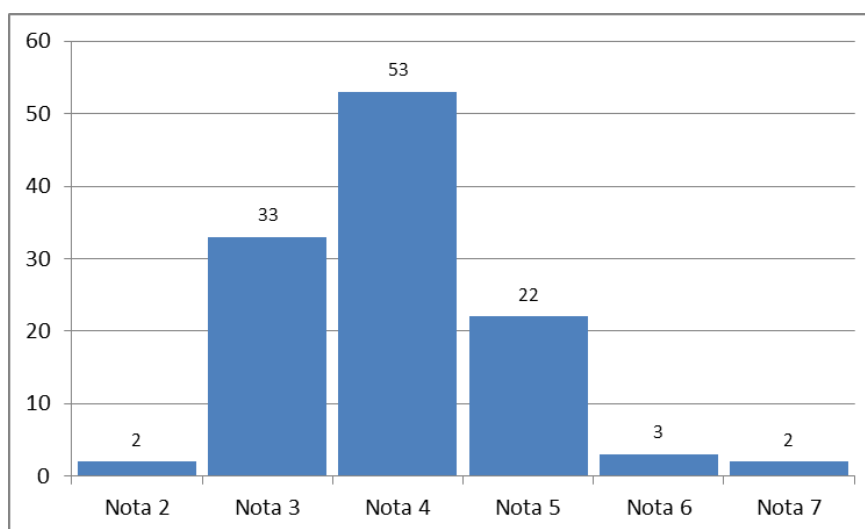
Iniciando-se a análise pelas categorias de maior frequência em cada modalidade, no que diz respeito aos programas de mestrado apenas, observa-se que esses são oferecidos por cinco IES públicas estaduais distintas, o que representa 70% dessa categoria, 13 IES públicas federais (ou 57%), nove IES privadas sem fins lucrativos (ou 33%), três IES com fins lucrativos (ou 25%) e duas especiais (ou 100% da categoria).

Com relação aos programas de mestrado e doutorado, esses são oferecidos por 15 IES privadas sem fins lucrativos (ou 56% dessa categoria de IES), 12 IES federais (ou 52%) e uma IES municipal, uma IES estadual, uma IES privada com fins lucrativos e um IES especial.

Já no que diz respeito aos programas de mestrado profissional, tem-se que os mesmos são oferecidos por 15 IES privadas sem fins lucrativos (ou 56% dessa categoria), 13 IES federais (ou 57%), oito IES privadas com fins lucrativos (ou 67%) e duas IES estaduais (ou 29%).

No Gráfico 7 é apresentada a distribuição das notas (de três a sete) atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no triênio 2010-2012.

Gráfico 7 - Frequência de notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no triênio 2010-2012



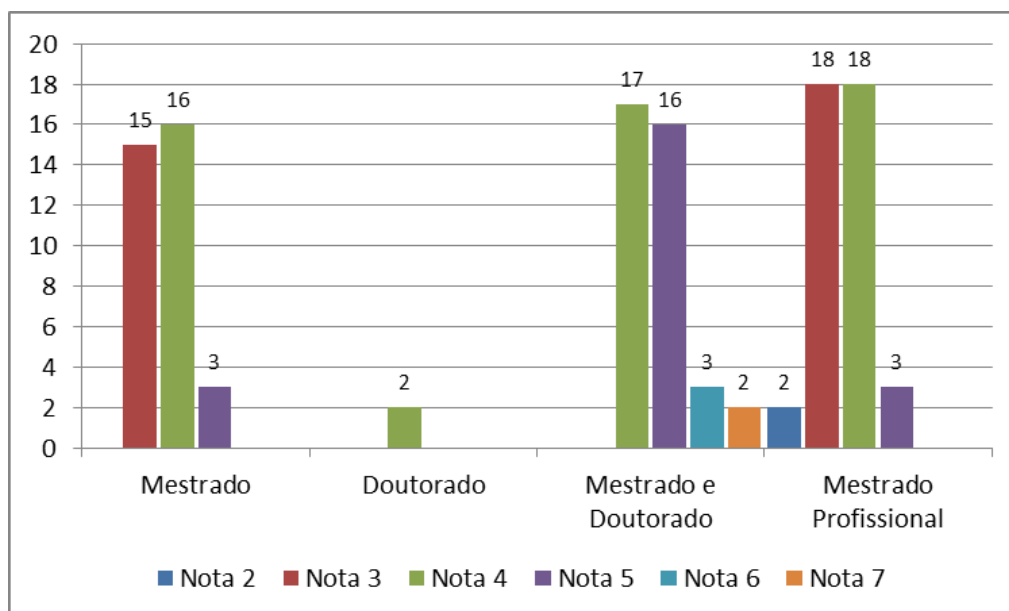
A nota com maior incidência dentre os programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no triênio 2010-2012 é quatro, com 53 ocorrências (ou 46% do total). Programas que atingiram essa nota são

considerados pela CAPES como tendo um bom desempenho. Segue-se a nota mínima (três), com 33 ocorrências (ou 29%) - considerada uma nota regular pela CAPES.

Já a nota cinco representa a terceira maior frequência, com 22 ocorrências (ou 19%). Programas com essa nota alcançaram excelência com padrão nacional, segundo entendimento da CAPES. A nota seis apresenta três ocorrências (ou 3%), seguida pela nota sete, com duas ocorrências (ou 2%), mesma frequência observada para a nota dois. Notas um e dois descredenciam os programas, sendo equivalente a reprovação dos mesmos. No entanto, os programas classificados nesse intervalo poderão continuar a ministrar aulas aos seus alunos atuais, mas fica proibida a admissão de novos alunos. Programas agraciados com notas seis e sete indicam que o desempenho dos mesmos equivale ao alto padrão internacional.

No Gráfico 8 são relacionadas as notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis no triênio 2010-2012, segundo as respectivas modalidades - mestrado e doutorado, mestrado, doutorado e mestrado profissional.

Gráfico 8 - Notas obtidas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo modalidades



De um total de 34 programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012 que mantém apenas

cursos de mestrado, as maiores ocorrências foram de notas três e quatro, com 15 (ou 44%) e 16 ocorrências (ou 47%), respectivamente. Três programas (ou 9%) obtiveram a nota máxima (cinco) para programas que mantêm apenas cursos de mestrado.

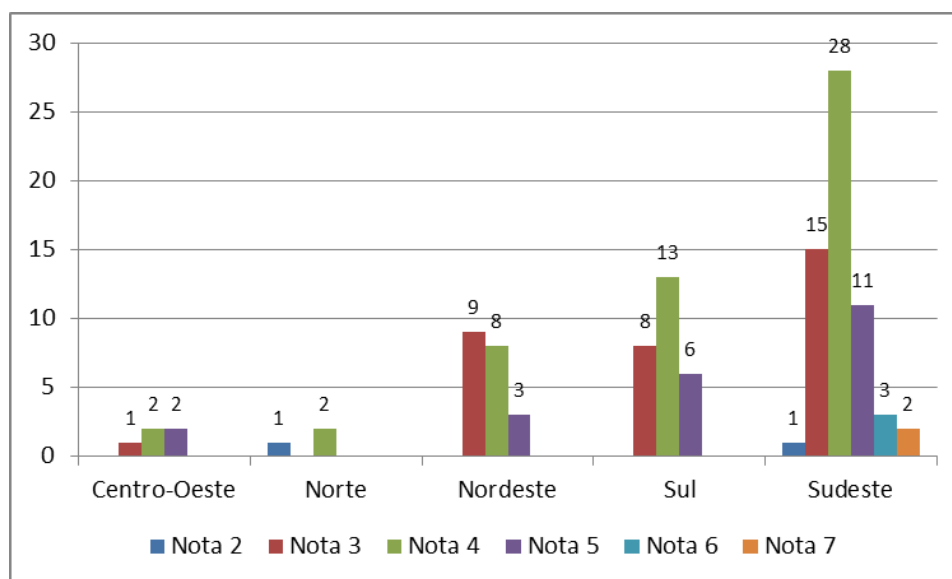
Os dois únicos programas com cursos de doutorado apenas obtiveram nota quatro, representando 100% desta modalidade. Por sua vez, dos 38 programas de mestrado e doutorado, 17 deles (ou 45% do total dessa modalidade) obtiveram nota quatro na avaliação da CAPES. Outros 16 programas (ou 42%) obtiveram nota cinco. Três Programas (ou 8%) obtiveram nota seis. São eles, o programa “Administração”, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, o programa “Controladoria e Contabilidade”, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e o programa “Administração”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Por seu turno, apenas dois programas (ou 5%) obtiveram a nota máxima, sete. São eles: o programa em “Administração” mantido pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e o programa em “Administração de Empresas” oferecido pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Interessante observar que não foram verificadas ocorrências de nota três para nenhum programa de mestrado e doutorado. Todos os programas dessa modalidade apresentam como nota mínima, quatro, denotando certo padrão de qualidade desses programas.

Finalizando-se a análise, dos 41 programas de mestrado profissional, dezoito (ou 44%) obtiveram nota três, outros dezoito (ou 44%) também obtiveram nota quatro, e três (ou 7%) a nota máxima dessa modalidade, cinco. São eles, os programas de mestrado profissional em “Administração” oferecidos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e o programa de mestrado profissional em “Ciências Contábeis”, oferecido pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Por outro lado, dois programas (ou 5%) obtiveram nota dois. São eles, os programas de mestrado profissional em “Contabilidade e Controladoria”, oferecido pela Universidade Federal do Amazonas, e em “Administração”, pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais.

No Gráfico 9 é apresentada a distribuição das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010 - 2012, segundo regiões brasileiras.



Gráfico 9 - Distribuição das notas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados pela CAPES no triênio 2010-2012, segundo regiões brasileiras



Dos cinco programas da Região Centro-Oeste, dois (ou 40%) obtiveram nota quatro, sendo considerados, portanto, bons programas, dois (ou 40%) obtiveram nota cinco, sendo considerados programas de excelência em nível nacional, e um (ou 20%) obteve nota três. Não foram observadas notas dois, seis ou sete para programas dessa Região.

Já dos três programas da Região Norte, um deles (33%) não atingiu a nota mínima para o reconhecimento pela CAPES, obtendo nota dois, e os dois outros programas (ou 67%) foram avaliados com nota quatro - considerados, portanto, bons programas. Não foram observadas notas três, cinco, seis ou sete para programas dessa Região.

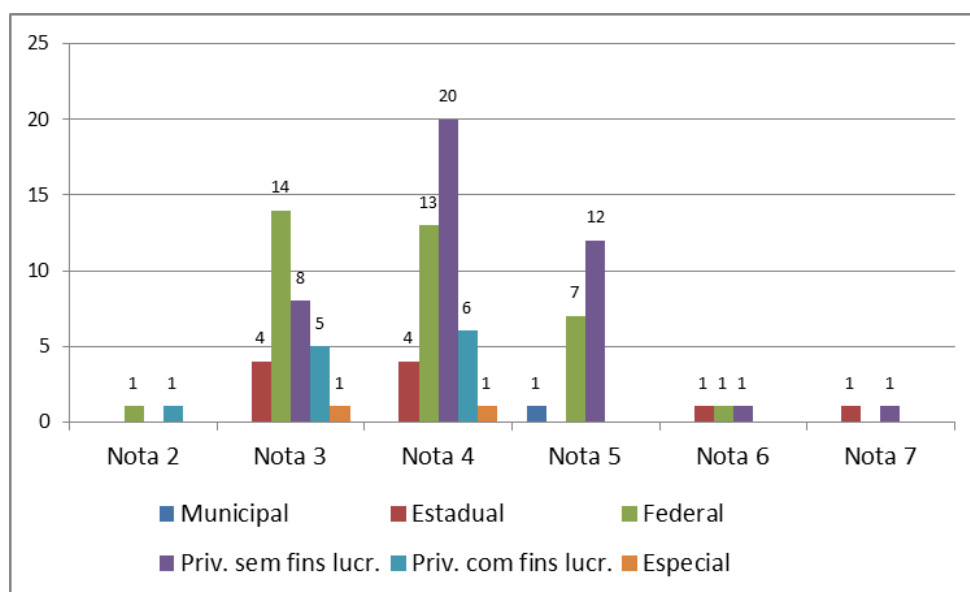
Dos 20 programas da Região Nordeste, por sua vez, nove (ou 45%) obtiveram nota três, considerados, portanto, programas regulares, atendendo ao padrão mínimo de qualidade; oito (ou 40%) obtiveram nota quatro, considerados bons programas; e três (ou 15%) foram considerados de excelência em nível nacional, obtendo nota cinco. Não foram observadas notas dois, seis ou sete para programas dessa Região.

Dos 27 programas da Região Sul, oito deles (ou 30%) obtiveram a nota mínima, três; 13 programas (48%) obtiveram um bom desempenho, com nota quatro; seis programas (ou 22%) obtiveram nota cinco, expressando excelência em nível nacional. Não foram observadas notas dois, seis ou sete para programas dessa Região.

Por fim, dos 60 programas da Região Sudeste, um deles (ou 2%) não atingiu o padrão mínimo de qualidade exigido pela CAPES, obtendo nota dois; 15 programas (ou 25%) obtiveram o padrão mínimo, nota três; 28 programas (ou 47%) foram considerados de bom nível de qualidade, obtendo nota quatro; 11 programas (ou 18%) obtiveram nota cinco, expressando excelência em nível nacional. Cinco programas no total foram considerados de alto padrão internacional. Desses, três programas (ou 5%) obtiveram nota seis e dois programas (ou 3%), obtiveram nota máxima, sete. A Região Sudeste é a única que apresenta programas com todas as possibilidades de notas - de dois a sete.

No Gráfico 10 são apresentadas as notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis no triênio 2010-2012, segundo categoria administrativa da IES ofertante.

Gráfico 10 - Notas atribuídas pela CAPES aos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis no triênio 2010-2012, segundo categoria administrativa da IES ofertante



Programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no triênio 2010-2012 com nota dois são ofertados por duas IES distintas, sendo uma federal (50%) e uma privada com fins lucrativos (50%). Por sua vez, programas avaliados com nota três estão vinculados a 32 IES distintas, sendo 14 (ou 44%) federais, oito (ou 25%) privadas sem fins lucrativos, cinco (ou 16%) privadas com fins lucrativos, quatro (ou 13%) estaduais e uma (ou 3%) IES especial. Já, programas

avaliados com nota quatro estão vinculados 44 IES distintas, sendo 20 (ou 45%) privadas sem fins lucrativos, 13(ou 30%) federais, seis (ou 14%), privadas com fins lucrativos, quatro (ou 9%) estaduais, e uma (2%) especial. Por seu turno, programas com nota cinco estão vinculados a 20 IES distintas, sendo 12 (ou 60%) privadas sem fins lucrativos, sete (ou 35%) federais e uma (ou 5%) municipal. Programas avaliados com nota seis são oferecidos por três IES distintas, sendo uma federal (Universidade Federal de Minas Gerais), uma estadual (Universidade de São Paulo) e uma privada sem fins lucrativos (Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro). Por fim, os dois únicos programas que obtiveram a nota máxima, sete, estão vinculados a uma IES estadual (Universidade de São Paulo) e a uma IES privada sem fins lucrativos (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo).

Com efeito, agregando-se as categorias em apenas IES públicas e privadas, observa-se que programas com nota quatro estão vinculados em maior número a IES privadas do que a IES públicas, na proporção de 59% e 39%, respectivamente (os 2% restantes referem-se a uma IES especial). A mesma prevalência foi observada em programas nota cinco, ou seja, 60% dos programas estão vinculados a IES privadas e 40% a IES públicas.

A situação se inverte em programas avaliados com nota seis, onde há predominância de programas vinculados à IES públicas, com 67%, e 33% em programas vinculados à IES privadas. Já programas com a nota máxima (sete), estão igualmente distribuídos entre uma IES pública (Universidade de São Paulo) e uma IES privada (Fundação Getúlio Vargas de São Paulo). Por outro lado, a ocorrência da nota três, mínimo para o reconhecimento do programa pela CAPES, foi preponderante em IES públicas, com 56%, em contraposição às IES privadas, com 41% (os 3% restantes referem-se a uma IES especial) Por fim, programas não reconhecidos pela CAPES (nota dois), estiveram igualmente distribuídos entre uma IES pública e uma IES privada.

### **Considerações Finais**

Dois aspectos evidenciados pelo presente estudo merecem destaque. O primeiro diz respeito ao número de IES privadas ofertantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis. Ainda associado a esse primeiro aspecto e que, *per se*, pode se configurar em uma nova condição, tem-se as notas finais obtidas por esses programas na Avaliação Trienal 2013. O segundo aspecto diz respeito

à assimetria regional relacionada ao tema do presente estudo, mas não exclusivamente a ele, e que se estende também a diversos outros aspectos da realidade brasileira.

No tocante ao primeiro aspecto, observa-se um equilíbrio no oferecimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis avaliados no Triênio 2010-2012 entre instituições públicas e privadas, responsáveis pelo oferecimento de 54 (ou 47%) e 58 programas (ou 50%), respectivamente (três programas (ou 3%) estão vinculados a duas IES da categoria especial). Ou seja, as IES públicas não são, majoritariamente, aquelas que oferecem maior número de programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis. Com efeito, as IES privadas se fazem presentes em uma proporção bastante expressiva na área de administração e ciências contábeis.

Com relação a um aspecto subjacente, e talvez surpreendentemente, tem-se ainda que as IES privadas, de maneira geral, apresentaram notas, relativamente, próximas ou superiores (cf. Tabela 1) às IES públicas - consideradas, até pouco tempo, no Brasil, como as únicas e verdadeiramente representantes das universidades *humboldtianas*.

Tabela 1 - Notas obtidas na Avaliação Trienal CAPES 2010-2012, segundo dependência administrativa agregada da IES - pública ou privada

Nota CAPES	Categoria IES		
	Privada	Pública	Especial
Nota 2	50%	50%	0%
Nota 3	41%	56%	3%
Nota 4	59%	39%	2%
Nota 5	60%	40%	0%
Nota 6	33%	67%	0%
Nota 7	50%	50%	0%

Com efeito, programas avaliados com nota quatro foram observados em maior número em IES privadas do que em IES públicas, na proporção de 59% e 39%, respectivamente. Prevalência semelhante foi observada em programas nota cinco, com

60% dessas notas para programas de IES privadas e 40% de IES públicas. Por sua vez, programas com notas seis têm maior predominância em programas vinculados à IES públicas, com 67%, e 33% em programas vinculados à IES privadas. Já programas com a nota máxima (sete), estão igualmente distribuídos entre uma IES pública (USP) e uma IES privada (FGV-SP). Já a ocorrência da nota três, mínimo para o reconhecimento do programa pela CAPES, foi preponderante em IES públicas, com 56%, em contraposição às IES privadas, com 41% dos programas obtendo essa nota final. Por fim, programas não reconhecidos pela CAPES (nota dois), estiveram igualmente distribuídos entre uma IES pública e uma IES privada.

Talvez essa condição observada imponha, inclusive, a necessidade de se promover uma nova reflexão por parte da CAPES que, no âmbito do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, ao referir-se à composição do sistema de pós-graduação brasileiro, tece a seguinte consideração:

No topo do sistema [brasileiro de pós-graduação] estão as universidades *humboldtianas*, conhecidas por patrocinarem a união indissolúvel do ensino e da pesquisa, com a pós-graduação à frente, servindo de modelo ou farol para o sistema [...]. Ao lado das universidades públicas *humboldtianas* e de uma ou outra comunitária que integra aquele prestigioso rol, há as públicas não-*humboldtianas* e as privadas [...] com menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e, por vezes, com o setor produtivo (CAPES, 2010a, p. 128, grifo nosso).

Ou seja, no entendimento da CAPES, apenas as IES públicas possuem o *ethos e a prática humboldtianos*. Talvez esse não seja, necessariamente, o caso para a área de administração e ciências contábeis, a considerar pelas evidências derivadas da avaliação Trienal 2013, conduzida pelo próprio órgão, conforme mostram as notas finais obtidas pelos programas vinculados à IES privadas.

No tocante ao segundo aspecto, que sugere a manutenção *do status quo*, as evidências do estudo apontam para a concentração numérica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis - assim como deve ocorrer, provavelmente, para outras áreas do conhecimento - em IES localizadas em regiões do Brasil de maior nível de desenvolvimento relativo. Nesse sentido, observa-se a predominância da Região Sudeste, responsável pelo oferecimento de 62 programas (ou 54% do total), seguida pela Região Sul, responsável pelo oferecimento de 27 programas (ou 24%). Ambas as Regiões, respondem, portanto, pela oferta de 78% dos

programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis do País.

Ainda que as IES privadas sinalizem para uma nova condição, mais condizente com o ideal *humboldtiano*, tendo como uma das expressões o oferecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* com maior nível de qualidade - aferido por maiores notas obtidas nas avaliações trienais da CAPES - este fenômeno está ocorrendo, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, refletindo a condição histórica do País de assimetrias regionais. Ou seja, a reversão, ou pelo menos a alteração, do processo histórico de concentração da riqueza e de maior nível de desenvolvimento relativo nas Regiões Sul e Sudeste não está se dando por meio dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração e ciências contábeis. Ao contrário, esse sistema, parece apenas reproduzir as desigualdades regionais históricas.

Almejar que essa transformação ocorra por meio do sistema de pós-graduação brasileiro talvez seja querer demais... De todo modo, ao invés de contribuir para reversão das assimetrias regionais, o sistema brasileiro de pós-graduação parece reforçá-las ainda mais à medida que as reproduzem. Uma das evidências do “descolamento” dos programas da realidade local e regional é expressa pelo quesito de avaliação dos programas denominado “inserção social”, cujo peso relativo é de apenas 10% para os programas acadêmicos (mestrado e doutorado) e um pouco mais, 20%, para os mestrados profissionais. Não seria oportuno a CAPES rever a ponderação relativa desses critérios, atribuindo maior peso à relevância dos programas para o desenvolvimento local e regional? Afinal, para que servem os programas de pós-graduação *stricto sensu*? Apenas para aumentar o número de publicações dos discentes e docentes - ainda que as mesmas tenham baixo impacto e poucas citações - ou para contribuírem mais efetiva e diretamente para com o desenvolvimento socioeconômico do País? Afinal, a própria CAPES propugna, como um dos desdobramentos dos resultados da avaliação trienal dos programas de pós-graduação, a possibilidade de engendrar ações que permitam “[...] impulsionar o avanço científico e tecnológico e desenvolver o país, com ações de promoção de programas específicos para diminuir as assimetrias entre regiões do Brasil ou intra e inter-áreas do conhecimento” (CAPES, 2013b, p. 33). Como atingir esses resultados se o critério de avaliação referente à relevância social dos programas é o que apresenta menor peso relativo entre todos?

Assim, as evidências apresentadas pelo presente estudo lançam dúvidas se a CAPES está com os atuais critérios de avaliação dos programas de pós-graduação

*stricto sensu*, conseguindo lograr, de fato, um de seus objetivos institucionais declarados, que é a diminuição das assimetrias regionais. Ou ao contrário, está contribuindo para manter ou, até mesmo, para reforçar tal situação.

## **Referências**

BRASIL. Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e remaneja cargos em comissão. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 45, 6 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES [...]. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 jul. 2007.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Planilha notas finais Avaliação Trienal 2013 - após reconsideração. Brasília: CAPES. 2014a. (planilha em MS Excel). Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/resultados/planilha-de-notas>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **CTC-ES discute documentos de área para Avaliação Trienal**. Sala de Imprensa, Notícias CAPES, 04 Jul. 2013a. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/36-noticias/6364-ctc-es-discute-documentos-de-area-para-avaliacao-trienal>>. Acesso em: 31 out. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020. **Elaboração da Agenda Nacional de Pesquisa**. Relatório Final 2013. CAPES, 2013b. 103 p. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG-Relatorio-Final-11-12-2013.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área 2013**. Administração, ciências contábeis e turismo. Avaliação Trienal 2013. Brasília: CAPES. 2013c. 56 p. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/documento-de-area-e-comissao>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2010a. 309 p., v. I. Disponível em: <<http://capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao>>. Acesso em: 17 maio 2014.

MACCARI, E. A.; LIMA, M. C.; RICCIO, E. L. Uso do sistema de avaliação da CAPES por programas de pós-graduação em administração e ciências contábeis no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 25, p. 68-96, 2009.

TREVISAN, A. L.; DEVECHI, C. P. V.; DIAS, E. D. Avaliação da avaliação da pós-graduação em educação do Brasil: quanta verdade é suportável? **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 373-392, 2013.